



Sindicato dos Trabalhadores da USP

CONTROLE IDEOLÓGICO, CENSURA E PERSEGUIÇÃO RONDAM A USP

Ficamos sabendo durante o dia de ontem que um deputado da extrema-direita da ALESP, Douglas Garcia, do PSL, enviou para a Reitoria da USP um requerimento de que todos os eventos políticos, ideológicos e filosóficos realizados dentro da Universidade de São Paulo, sejam institucionais ou não, sejam mapeados e monitorados, com especial ênfase naqueles realizados pelo movimento estudantil. O requerimento também inclui a delação de quais grêmios, entidades, coletivos, etc. seriam responsáveis por cada evento. Douglas, que quer inaugurar a caçada aos coletivos políticos dentro da Universidade, foi membro do USP Livre – um coletivo político de direita – que organizava estudantes minoritários para atacarem fisicamente os piquetes de funcionários e estudantes em greve, votados e organizados pelas assembleias.

Ao mesmo tempo, a deputada do PSDB, Carla Morando, requereu este mesmo mapeamento para as pesquisas realizadas na USP, Unesp e Unicamp, isso num contexto em que presidente da Capes acaba de anunciar reformulação dos critérios de concessão de bolsas para retirar verba do que ele chamou de “humanas puras” – como Filosofia e Ciências Sociais.

Essa é uma clara medida de ingerência e patrulhamento ideológico por parte do governo e seus deputados sobre o pensamento, a reflexão e as pesquisas produzidas dentro da Universidade. É parte do mesmo avanço do governo federal contra os professores nas escolas pela via do “Escola Sem Partido” e parte

do avanço contra as Universidades Federais pela via do Projeto “Future-se” do Ministro da Educação.

Aqui em São Paulo os deputados da base do governo abriram no início do ano uma CPI pra poder intervir sobre a autonomia das universidades: autonomia de gestão, autonomia financeira e autonomia didático-científica. Essas medidas dos deputados Douglas Garcia e Carla Morando é parte dessa ofensiva para impedir o livre pensamento e a liberdade de cátedra dentro das Universidades: **o que não podemos aceitar!**

Frente a esse requerimento que fere a autonomia universitária e o livre pensar, a reitoria adotou a postura de pedir que professores e trabalhadores levantem essas informações até o dia 29/08 submetendo a universidade aos ditames autoritários do governo Dória, que se apoia no reacionário governo Bolsonaro.

Repudiamos essa medida de delação e orientamos os trabalhadores a não responderem nenhum questionamento nesse sentido, procurando imediatamente o sindicato caso sejam coagidos ou assediados a cumprirem esse papel de delatores.

A Universidade é um espaço do livre-pensamento e livre debate de ideias e por isso as atividades políticas, filosóficas e ideológicas devem seguir sendo realizadas sem o patrulhamento externo das forças de segurança e dos agentes do Estado.